



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Conselho Setorial do Pós-Graduação e Pesquisa

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SETORIAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM, ÀS NOVE HORAS, POR VIDEOCONFERÊNCIA.

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às nove horas e dezessete minutos reuniu-se, de maneira remota por conta da pandemia do novo corona vírus, o Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa (CSPP), regimentalmente convocado, sob a Presidência da Senhora Prof.^a Dr.^a Mônica Ribeiro de Oliveira, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: 1. Prof. Luis Paulo da Silva Barra, Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa; 2. Ana Paula Delage, Representante dos servidores técnico-administrativos; 3. Prof.^a Angélica Conceição Coelho, Representante do CAP Ciências da Saúde; 4. Prof. Andreia Aparecida de Miranda Ramos, Coordenadora do PROFSaúde; 5. Prof.^a Andreia Rezende Garcia Reis, Vice-Coordenadora do PPG Educação; 6. Prof. Bernardo Rocha, Coordenador do PPG Modelagem Computacional; 7. Prof.^a Clarice Cassab, Coordenadora do PPG Geografia; 8. Prof. Cláudio Galuppo Diniz, Coordenador do PPG Ciências Biológicas; 9. Prof.^a Maria Cristina Araújo De Oliveira, Coordenadora do PPG Educação Matemática; 10. Prof. Luis Fernando Crocco, Coordenador do PROFMAT; 11. Prof. Mário Dantas, Coordenador do PPG Ciência da Computação; 12. Prof. Dênis Perdigão, Representante do CAP Ciências Sociais Aplicadas; 13. Prof. Eduard Toon, Coordenador do PPG Matemática; 14. Prof.^a Edneia Alves de Oliveira, Vice-Coordenadora do PPG Serviço Social; 15. Eliza Möller, Representante discente; 16. Prof. Fábio Caborgim, Coordenador do PPG Enfermagem; 17. Prof. Fabrício Campos, Diretor de Inovação; 18. Prof. Felipe Maia, Diretor do Centro de Pesquisas Sociais; 19. Prof. Fernando Colugnati, Coordenador do PPG Saúde; 20. Prof. Frederico Pieper, Coordenador do PPG Ciência da Religião; 21. Prof. Girley Francisco, Vice-Coordenador do PPG Ciências Aplicadas à Saúde; 22. Prof.^a Iluska Coutinho, Coordenadora do PPG Comunicação; 23. Prof.^a Isabel Leite, Vice-Coordenadora do PPG Saúde Coletiva; 24. Isabela Vieira, representante discente; 25. Prof. João Dulci, Coordenador do PPG Ciências Sociais; 26. Prof. João Alberto Passos Filho, Coordenador do PPG Engenharia Elétrica; 27. Prof. Lélcio Lourenço, Coordenador do PPG Psicologia; 28. Prof.^a Luciana Chedier, Coordenadora do PROFBIO-JF; 29. Prof. Márcio Campos, PPG Odontologia; 30. Prof.^a Maria Claudia Bonadio, Coordenadora do PPG Artes, Cultura e Linguagens; 31. Matheus Botelho, representante discente; 32. Prof.^a Mirian Rodarte, Coordenadora do PPG Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados; 34. Prof.^a Natalia Sigiliano, Coordenadora do PROFLetras; 35. Prof.^a Nícea Helena de Imeida Nogueira, Coordenadora do PPG Letras: Estudos Literários; 36. Prof.^a Paula Chagas, Coordenadora do PPG Ciências da Reabilitação e Desempenho Físico-Funcional; 37. Rafael Tolentino Xavier, representante dos servidores técnico-administrativos; 38. Prof. Renato Camargo Matos, Coordenador do PPG Química; 39. Prof. Roberto Dias, Coordenador do PPG Biodiversidade e Conservação da Natureza; 40. Prof. Rodrigo Christofoletti, Coordenador do PPG História; 41. Prof.^a Teresa Barbosa, Coordenadora do PPG Ambiente Construído; 42. Prof. Tiago Torrent, Coordenador do PPG Linguística; 43. Prof. Vicente Riccio, Coordenador do PPG Direito e Inovação; 44. Prof. Victor Paradela, Coordenador do PPG Administração; 45. Prof. Virgílio Oliveira, Coordenador do PROFIAP; 46. Prof. Wilson de Souza Melo, Coordenador do PROFIS; 47. Prof.^a Ana Paula ElJaick, Representante do CAP Letras, Linguística e Artes; 48. Prof.^a Flávia Chein, Coordenadora do PPG Economia; e 49. Prof. Welber Quirino, Coordenador do PPG Física. Justificaram ausência: Prof.^a Ione Matos, Coordenadora do PROFBIO-GV e Astrid Sarmento, representante discente. Após cumprimentar os conselheiros e agradecer a todos pela presença, a Presidente passou à pauta do dia. **I – COMUNICAÇÕES.** O prof. Cláudio Galuppo pediu autorização para participação da prof.^a Jacy Gameiro como ouvinte, pois ela vai assumir a coordenação do PPG Ciências Biológicas. A participação foi autorizada. **II – ORDEM DO DIA. 1. Informe sobre as homologações de defesas de mestrado e doutorado.** Foram apresentadas sessenta e sete homologações. Não houve

nenhum questionamento. **2. Aprovação de Cadastro de Projetos de Pesquisa.** O projeto a ser aprovado é “A irrepresentabilidade do testemunho: legitimação de desenhos e ilustrações da Shoah”, sob coordenação do prof. Felipe de Castro Muanis. Não houve questionamentos e o mesmo foi aprovado por unanimidade. **3. Análise e discussão da Minuta de Resolução da Política de Ações Afirmativas na PG *stricto sensu* da UFJF.** Para participar da discussão, a Presidente do Conselho solicitou autorização de participação da Pró-Reitora de Assistência Estudantil, prof.^a Cristina Bezerra, e do Diretor de Ações Afirmativas, prof. Julvan Moreira de Oliveira, que ajudaram nas discussões e construção do texto. O representante discente Matheus também solicitou a participação da discente Milena Regina, que estuda o tema e está envolvida em discussões afins. O conselho aprovou as três participações. Assim, a prof.^a Mônica iniciou a discussão do ponto, reforçando que essa era uma proposta histórica, que visava mudar a pós-graduação, tornando-a mais inclusiva, desconstruindo a desigualdade social e respeitando as diferenças. Ela ainda disse que tem certeza que a UFJF está pronta para este desafio, apesar de saber que as condições não são as ideais. Também lembrou que como desafio, não será tranquilo e fácil, mas conta com a disposição de todos. O prof. Luis Paulo lembrou que a UFJF teve esse protagonismo com a reserva de vagas na graduação e, mais uma vez, retoma esse papel para a pós-graduação, seguindo o mesmo rumo de outras instituições. O prof. Julvan, Diretor de Ações Afirmativas, agradeceu o convite e fez um breve relato dessa trajetória. Em 2017, através de uma portaria, a PROPP constitui um grupo de trabalho para discutir o tema das cotas. Ele pediu licença para falar da importância deste tipo de iniciativa. A luta por políticas de ações afirmativas foi construída por militantes negros que entraram na universidade na década de oitenta. Outros grupos minoritários também fizeram parte desta luta, como mulheres, homossexuais e pessoas trans. O primeiro aspecto que ele realçou foi o reconhecimento das relações de subalternização sofrido pelos povos indígenas e negros escravizados e seus descendentes. Houve uma dominação justificada por ideais e um racismo estrutural, o que gerou profundas desigualdades que foram se reconfigurando, assumindo novas formas, mas mantendo a mesma lógica da colonização. Estas identidades estão profundamente marcadas por sua própria condição humana. O autor Frantz Fanon, em sua pesquisa, demonstra isso em seu livro “Os Condenados da Terra”, como estes grupos perderam sua humanidade. A história negra no Brasil não passa apenas pela exploração econômica, mas também pelo abandono após a abolição e a chegada dos imigrantes. Houve uma tentativa de desumanização, com a retirada de suas identidades e a proibição de falarem suas línguas, seus nomes, sobrenomes, a proibição de práticas religiosas, da prática de expressões culturais, entre outras coisas. No Brasil, o projeto colonizador foi quase perfeito, pois houve e há movimentos de luta e resistência da população negra. O prof. Julvan chamou atenção para a profunda e extensa literatura acerca do tema, em especial as pesquisas da prof.^a Ana Flávia Magalhães Pinto, da UnB. Lembrou que a Frente Negra Brasileira foi perseguida e desfeita pelo governo Vargas. Na década de 40, com o Teatro Experimental do Negro, que oferecia alfabetização a negros, além de cursos de teatro. Este movimento foi perseguido pela ditadura militar na década de 60. No início dos anos 80, no processo de redemocratização, alguns movimentos novos surgiram. Os agentes de pastoral negros surgem no interior da igreja católica por volta de 1983, com importantes figuras. A geração formada nos movimentos negros na década de 80 inicia uma luta pela inclusão dos negros em diversos espaços. O principal marco foi, no ano de 2000, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, organizada pela ONU. O governo brasileiro organizou dezesseis pré-conferências, culminando no documento brasileiro para a Conferência das Américas. Nestes 16 documentos, pela primeira vez houve participação intensa de pesquisadores interessados na inclusão de grupos minoritários. O prof. Julvan participou de três destas conferências. Quando se pensou na construção da identidade brasileira, no início do século XX, alguns pesquisadores defenderam que as culturas indígenas e africanas deveriam ser expulsas desta identidade. Ele reforçou que este pensamento, infelizmente, ainda encontra adeptos, incluindo o grupo político eleito em 2018. Ele também apresentou uma segunda tese de que as raças no Brasil são mestiças e que vivem de forma harmoniosa. Esta tese foi apresentada na década de 40, elaborada por Gilberto Freire e ganhou força, especialmente na academia, com o argumento de que todos somos mestiços, anulando a identidade negra aqui presente e as manifestações culturais africanas se tornam identidade mestiça, tal como o samba e a capoeira. Ainda há uma terceira tese de que as questões étnico-raciais são subalternas às questões econômico-sociais. Há um reconhecimento de que negros e indígenas são discriminados, mas não por sua identidade étnica, mas por serem pobres, anulando o racismo. Para coordenar estas pré-conferências, o Presidente à época, Fernando Henrique Cardoso, nomeou a arquiteta e então ministra Dulce Cardoso, mulher negra, que tinha posição teórica de que raça era determinante nas relações

sociais no Brasil. O prof. Julvan relatou que o relatório da Conferência da ONU foi sistematizado por uma mulher negra brasileira, a assistente social Edna Roland. Foi esse grupo e neste momento que houve uma mudança da concepção teórica quanto à raça e ações afirmativas no Brasil. O Presidente Fernando Henrique criou um grupo interministerial para estudar e propor ações, com frentes relacionadas ao trabalho, saúde, educação e direitos. A partir daí houve uma série de nomeações, incluindo a prof. Petronila Beatriz para o Conselho Nacional de Educação. Em 2004, iniciou o movimento de aprovação de cotas nas universidades, incluindo a UFJF, fruto dessas movimentações. Ao longo dos anos, outros avanços ocorreram e culminaram na promulgação da Lei 13.005 em 2014, do Plano Nacional de Educação, que tem como uma das metas o aumento de mestres e doutores nas universidades. Os dados levantados e divulgados pela PROPP revelam essa diferença no acesso à pós-graduação na UFJF. Nesse sentido, a UFJF deve ser somar a outras instituições que já aprovaram cotas para a pós-graduação, contribuindo para a democratização da sociedade brasileira, que não acontece se a inclusão desses grupos. O prof. Julvan agradeceu e finalizou. A prof.^a Mônica agradeceu a verdadeira aula e a ajuda durante a construção do texto e passou a palavra para a prof.^a Cristina, Pró-Reitora de Assistência Estudantil. A prof.^a Cristina Bezerra iniciou cumprimentando a todos. Agradeceu a oportunidade de debater assunto tão importante. A defesa das cotas não é apenas social, mas educativa e pedagógica. Antigamente, apoiava por achar que a universidade devia receber essas pessoas para dar a elas melhores oportunidades. Além dessa defesa, nos demais espaços essas pessoas continuam ausentes e isso também é responsabilidade da universidade. A inclusão de grupos de pessoas negras, deficientes e trans dinamiza e questiona a universidade, já que sua presença ali mexe com as estruturas. Todas as áreas são desafiadas a responderem uma nova demanda a partir da entrada desses grupos. Elogiou a fala do prof. Julvan. Ressaltou que os negros não chegam à pós-graduação e ressaltou que vivemos numa sociedade racista, machista e transfóbica, que não acredita que essas pessoas tenham condições de estar na universidade. Ressaltou o caráter social e não individual desse ponto e que, portanto, deveria ser respondido pela universidade. Do ponto de vista da Assistência Estudantil, destacou o PNAES desde 2010, que não é só para alunos com renda menor que 1,5. Ele é para todos os estudantes. O programa em si é para todos, apesar do recorte socioeconômico para bolsas e auxílios. É necessário garantir o acesso, a permanência e as melhores condições possíveis para se formar. Ela ressaltou que o momento não é o melhor do ponto de vista acadêmico e orçamentário, mas que isso não deve impedir os avanços. Ressaltou que as principais ações relacionadas aos alunos de pós-graduação são alimentação, transporte e moradia. A moradia, por exemplo, é um impedimento da permanência do aluno. A prof.^a Cristina ressaltou a autonomia para criar programas internos de auxílio moradia para que possam permanecer e se colocou à disposição para auxiliar na construção desses programas. Lembrou que a Administração Superior também está disposta a avançar nesse sentido. Disse que confia muito no conselho e na sua capacidade de entender que precisa mudar o perfil da universidade, para que a produção científica seja renovada e referenciada na sociedade. Lembrou da obrigação da universidade em devolver à sociedade estudos que possam melhorá-la. A prof.^a Cristina agradeceu a oportunidade e, novamente, se colocou à disposição. A Presidente do Conselho agradeceu e parabenizou pelo trabalho já realizado na graduação nesse sentido e disse que espera mesmo contar com a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Passado essas apresentações, a prof.^a Mônica solicitou ao secretário que apresentasse a minuta do texto e lembrou que a minuta já fora discutida em reuniões prévias do Fórum de Coordenadores. A prof.^a Iluska pediu a palavra e questionou a diferença conceitual entre política de ações afirmativas e resolução de cotas para ingresso. Ressaltou que, do ponto de vista político, entende a necessidade das discussões de ações afirmativas, mas entende que precisa amadurecer algumas questões e gostaria de saber qual a infraestrutura com as quais os discentes e os PPGs – e os coordenadores – vão contar para efetivamente ter a política de Ações Afirmativas, principalmente nas questões mais operacionais e técnicas. A prof.^a Mônica disse que a política de Ações Afirmativas é mais ampla e que há um movimento institucional nesse sentido, para a concretização de uma política mais ampla, como já houve no edital de iniciação científica. Já existe também um projeto para discutir uma política de AF também em nível de iniciação. Na Editora também há iniciativas para atender esses grupos minoritários. Uma das ações é, de fato, aumentar o acesso à pós-graduação. A primeira minuta apresentada era muito abrangente, com mais etapas e mais cursos e entendeu-se que, em termos operacionais, que o início deve ser pelo ingresso. Em seguida teremos a discussão das políticas de permanência, bancas de heteroidentificação e por último, a inserção dos cursos *lato sensu* nessa política. Outra questão é que talvez tenhamos muitos desafios, mas é um processo lento a ser construído. Ainda pretende propor a criação de uma Câmara de

Acompanhamento para que possa conduzir e avaliar o processo, além de propor alterações. Essa câmara também vai apoiar os programas. O prof. Crocco alertou para a questão da acessibilidade e questionou se a Administração Superior pretende alocar recursos e exemplificou com um elevador que não funciona no Departamento de Matemática. A prof.^a Mônica salientou que a política terá total apoio da Reitoria. O prof. Luis Paulo, retomando o questionamento da prof.^a Iluska, enfatizou que a judicialização maior ocorre na identificação dos candidatos e que esta etapa vai ser tirada dos programas e será feita através das bancas de heteroidentificação. Realizados esses questionamentos, passou à discussão da minuta, realizada ponto a ponto. Não houve nenhum questionamento no caput do texto. Feita a leitura dos artigos 1 e 2, a prof. Luciana Chedier reivindicou a inclusão dos povos tradicionais na abrangência dos grupos atendidos pela minuta. O prof. Julvan disse que o texto foi baseado em resoluções afins de outras instituições e que nenhuma citava especificamente os povos tradicionais. A prof.^a Luciana entende como um passo à frente essa inclusão. Os professores Tiago e Eduard sugeriram, então, definir e elencar nos “considerandos” da minuta todos os grupos atendidos. A proposta foi aceita. Passando ao artigo 3º, o prof. Tiago questionou sobre a possibilidade de começar com um percentual menor ao estabelecido, pois alguns programas não conseguem se ajustar. A prof.^a Iluska sugeriu começar com vinte por cento. A prof.^a Flávia reforçou que no processo seletivo do PPG Economia não é possível voltar a lista para ampla seleção. Ela reforçou que já havia explicado em detalhes ao prof. Luis Paulo e à prof.^a Priscila. Exemplificou que a UFMG faz processo seletivo complementar e que, com as rodadas pré-definidas, trabalhar com um percentual menor dá certa liberdade ao coordenador. Ela reforçou que não é o ingresso do cotista que pode piorar o programa, mas sim a eventualidade de uma falta de resposta por parte dele, fazendo com que os candidatos piores ingressem no programa. Assim, solicitou que seja permitido um percentual menor ou o uso de processo seletivo complementar para cotista. O prof. Tiago reforçou que os alunos que tentam ingressar na UFJF tentam em outras universidades e que esse procedimento de chamar um candidato excedente leva tempo, o que pode ocasionar um aumento do percentual de vagas ociosas, refletindo em menor titulação, menor número de bolsas e recursos. O prof. Fernando corroborou com a fala da prof.^a Flávia e disse que, apesar de não estarem em um processo seletivo unificado, o PPG Saúde também faz a seleção por orientador, o que torna mais difícil aplicar o percentual de trinta por cento. Alertou que também acaba ficando com vagas ociosas, o que também impacta nas avaliações. O prof. Luis Paulo ressaltou que não vê relação entre a implementação da política com a internacionalização. A prof.^a Mônica, respondendo aos questionamentos de forma geral, disse que, de acordo com o levantamento da PROPP, todos os PPGs de alguma forma já têm entre 20 e 25% dos seus alunos oriundos de grupos minoritários e, por isso, a sugestão de início em 30% de reserva de vagas, já que a proposta é iniciar com algum aumento. A representante discente Eliza também ressaltou que não vê como a reserva de vagas pode desestimular alunos estrangeiros, já que eles também podem ser negros ou trans. A representante discente Milena, que faz parte do grupo de trabalho de Ações Afirmativas da Associação de Pós-Graduandos, disse que o seu programa de origem, Ciências Sociais, implementou uma reserva de 50% das vagas e que essa reserva aumentou a procura de alunos estrangeiros. O prof. Eduard questionou o porquê da faixa entre 30 e 50%. O prof. Luis Paulo disse que a decisão foi tomada baseada na composição étnica do Brasil, conforme dados do censo, além da composição demográfica do estado de Minas Gerais. Ainda alertou que não existe definição legal que determine faixa mínima ou máxima. O prof. João Dulci sugeriu um grupo de trabalho para acompanhar os programas que decidam fazer processo seletivo complementar. A prof.^a Clarice defendeu a manutenção do percentual inicial de 30%, pois não vê sentido em iniciar um processo de Ações Afirmativas praticando algo que já acontece. O prof. Tiago sugeriu fazer a leitura e votação dos artigos 4 e 5 e, posteriormente, votar o artigo 3. Em votação, a proposta foi aprovada por maioria, com um voto contrário e três abstenções. Antes de retomar a leitura dos próximos artigos, a Prof.^a Mônica pediu que os conselheiros analisassem o texto apresentado para inclusão nos “considerandos” nas notas compartilhadas da sala e a mudança no artigo segundo. Em votação, as inclusões foram aprovadas por maioria, com três abstenções e um voto contrário. Assim, procedeu-se à leitura do artigo 4º e, em seguida, a Prof.^a Mônica abriu a discussão. O prof. Tiago reforçou que no caso dos processos seletivos por orientador ou exame unificado, é difícil operacionalizar a lista e exemplificou com um processo com vinte e cinco vagas e vinte e quatro professores. Este cenário pode gerar preenchimento elevado de cotistas. Ainda lembrou-se dos editais da Diretoria de Relações Internacionais, que priorizam os alunos apoiados. Salientou que o PPG Linguística é um programa com produção diferenciada, que segue um caminho de internacionalização e tem uma margem negativa de manobras. Ele salientou que vê problemas nos incisos três e quarto do artigo

quarto. A prof.^a Mônica pediu a ele que redigisse nas notas compartilhadas a proposta formal de alteração. O prof. Luis Paulo reforçou que a atual redação já é resultado de reuniões anteriores, tentando atender as situações específicas de diversos programas. Reforçou que seria possível alocar, por decisão e autonomia do programa, em determinada linha ou orientador a vaga dos cotistas. Introduzir então que, não havendo preenchimento da ampla concorrência, a abertura para os cotistas. O prof. Tiago tentou exemplificar de maneira prática: se o primeiro colocado for optante pelas cotas, o segundo colocado é um candidato ampla concorrência e o terceiro colocado é optante por cotas, os dois aprovados seriam optantes pelo sistema de cotas, apesar de ter dito no edital que seria uma vaga para cotas e outra para ampla concorrência. Reforçou que, da forma como está redigido o inciso três, torna inválida a opção inicial de cota ou ampla concorrência caso o aluno cotista se classifique acima de um aluno de ampla concorrência. O prof. Luis Paulo reforça que o uso do sistema de cotas é um direito do candidato. Reforçou que o quesito mérito já estaria resolvido, já que todos os três candidatos estão aptos, e que se acontecesse isso sistematicamente, não teria o percentual de distribuição que tem hoje. A Presidente comunicou a todos que chegamos ao tempo máximo de reunião e fez uma votação para saber se os conselheiros preferem continuar por mais uma hora ou se preferem suspender e continuar na quinta-feira, no mesmo horário. Em votação, a maioria optou por suspender a reunião. O prof. Fernando Colugnati estava inscrito e será o primeiro na próxima reunião. Os conselheiros ficaram avisados da continuação da reunião, prevista para o dia vinte e quatro de junho, às nove horas. **II – ASSUNTOS GERAIS.** Não houve. Finda a pauta, a Presidente agradeceu a presença de todos e, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada por todos.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Camargo Matos, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Assis Dulci, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacy Gameiro, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Crocco Afonso, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Victor Claudio Paradela Ferreira, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Teresa Gomes Barbosa, Servidor(a)**, em 26/05/2022, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio de Oliveira Sanches, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando de Oliveira Faria, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Admir Antonio Betarelli Junior, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do



[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Sathler Sigiliano, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Timponi Torrent, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Pinto da Silva, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luis Paulo da Silva Barra, Pró-Reitor Adjunto**, em 26/05/2022, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Araujo de Oliveira, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Perucchi, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Teodoro de Souza, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Flavio de Souza Barbosa, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Binato Junqueira, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Reis Coimbra, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Monica Ribeiro de Oliveira, Presidente**, em 26/05/2022, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Grillo El Jaick, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Documento assinado eletronicamente por **Claudia de Albuquerque Thome, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Christofolletti, Conselheiro(a)**, em 26/05/2022, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Cristina de Oliveira Maia Zago, Conselheiro(a)**, em 27/05/2022, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maikel Yusat Ballester Furones, Conselheiro(a)**, em 27/05/2022, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Costa Carbogim, Conselheiro(a)**, em 27/05/2022, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Gomes da Silva, Conselheiro(a)**, em 27/05/2022, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Moreira Chedier, Conselheiro(a)**, em 27/05/2022, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Caldeira Neto, Conselheiro(a)**, em 27/05/2022, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvina Liliana Carrizo, Conselheiro(a)**, em 29/05/2022, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria Clareto, Conselheiro(a)**, em 30/05/2022, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ualison Rodrigo Ferreira Dias, Usuário Externo**, em 30/05/2022, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Gonze Machado, Usuário Externo**, em 30/05/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Pieper Pires, Conselheiro(a)**, em 30/05/2022, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Maria da Glória Ferreira Leite, Usuário Externo**, em 30/05/2022, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laryssa da Costa Gabellini, Usuário Externo**, em 31/05/2022, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dalila Varela Singulane, Usuário Externo**, em 31/05/2022, às 23:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Ribeiro Guerra, Conselheiro(a)**, em 01/06/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Henrique Feres Botelho, Usuário Externo**, em 01/06/2022, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Auler Matheus Rodrigues, Usuário Externo**, em 03/06/2022, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0771126** e o código CRC **A716345F**.